

A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EJA NO BRASIL E SUAS PERSPECTIVAS NA ATUALIDADE

Leila Conceição de Paula Miranda¹; Leonardo Tavares de Souza²; Isabella Rodrigues Diamantino Pereira³

Resumo:

O contexto histórico da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil constitui-se numa forma de compreender e referenciar a representação teórica de uma política pública educacional que busca promover uma efetiva mudança no cenário educacional do país dando oportunidade a pessoas que não tiveram acesso à escolarização no momento adequado. Este trabalho não pretende descrever todo o momento histórico e sim mostrar, a partir do período colonial, alguns fatos que marcaram a história da EJA no Brasil. Levando em consideração os poucos estudos encontrados na literatura científica e buscando entender mais sobre o assunto, o presente trabalho tem por objetivo geral investigar, através de uma revisão da literatura científica, a trajetória histórica da EJA no Brasil e apresentar as perspectivas atuais para essa modalidade de educação. Como objetivos específicos pretende-se mostrar como se iniciou a EJA no Brasil, descrever seu histórico até os dias atuais e identificar quais as perspectivas na atualidade para essa modalidade de ensino. Como metodologia optou-se pela revisão de literatura numa busca de informações, delineando um estudo secundário através de outros primários, sendo estes analisados criteriosamente e avaliados quanto à sua qualidade científica. A realização deste estudo permitiu afirmar que a EJA, ainda hoje, não é vista como uma política pública fundamental para a erradicação do analfabetismo no Brasil.

Palavras-chave: Educação de jovens e adultos. História. Brasil.

Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) se faz notável no Brasil desde a época de sua colonização com os Jesuítas que se dedicavam a alfabetizar (catequizar) tanto crianças indígenas como índios adultos em uma intensa ação cultural e educacional, a fim de propagar a fé católica juntamente com o trabalho educativo. Entretanto, com a chegada da família real e consequente expulsão dos Jesuítas no século XVIII, a educação de adultos entra em falência, pois a responsabilidade pela educação acaba ficando às margens do império (STRELHOW, 2010). Somente a partir da década de 1930 é que a educação de jovens e adultos efetivamente começa a se destacar no cenário educacional do país, quando em 1934, o governo cria o Plano Nacional de Educação que estabeleceu como dever do Estado o ensino primário integral, gratuito, de frequência obrigatória e extensiva para adultos como direito constitucional (FRIEDRICH *et.al*, 2010). Em 1.945 surgiram muitas críticas aos adultos analfabetos. Entretanto a luta com garra e dedicação por uma educação de

1 Mestranda em Ensino em Saúde UFVJM, Professora do IFNMG.

2 Doutor em Fitopatologia UFRP.

3 Mestranda em Saúde, Sociedade e Ambiente UFVJM, Professora do IFNMG.

qualidade para todos, fez com que a educação de adultos ganhasse destaque na sociedade. A partir daí, a educação de adultos assumida através da campanha nacional do povo começou a mostrar seu valor. Através da campanha de Educação de Adultos, lançada em 1947, abre-se a discussão sobre o analfabetismo e a educação de adultos no Brasil (COLAVITTO e ARRUDA, 2014). Nesta época cria-se o Serviço Nacional da Educação de Adultos (SNEA) voltado ao ensino Supletivo; surge a 1ª Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), no intuito de reduzir o analfabetismo das nações em desenvolvimento; o 1º Congresso Nacional de Educação de Adultos e, posteriormente, em 1949, o Seminário Interamericano de Educação de Adultos. Nos anos 50 é realizada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) e na década de 1960 o Movimento da Educação de Base (MEB) (VIEIRA, 2004). Logo após, em 1967, o governo militar cria o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com o intuito de alfabetizar funcionalmente e promover uma educação continuada (STRELHOW, 2010). Na década de 70 destaca-se no país o ensino supletivo, criado em 1971 pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº. 5.692/71) (BRASIL, 1971). Nos anos 80 foi possível implantar a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Fundação Educar), vinculada ao Ministério da Educação, que ofertava apoio técnico e financeiro às iniciativas de alfabetização existentes (VIEIRA, 2004). Somente em 1996, surge a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (nº. 9.394/96), que reafirma o direito dos jovens e adultos trabalhadores ao ensino básico e ao dever público sua oferta gratuita, estabelecendo responsabilidades aos entes federados através da identificação e mobilização da demanda, com garantia ao acesso e permanência (BRASIL, 1996). Em 2003 o Governo Federal criou a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, lançando então o Programa Brasil Alfabetizado, nele incluídos o Projeto Escola de Fábrica (voltado para cursos de formação profissional), o PROJOVEM (com enfoque central na qualificação para o trabalho unindo a implementação de ações comunitárias) e o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos (PROEJA) (VIEIRA, 2004). Já em 2007 o Ministério da Educação (MEC) aprova a criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), passando, todas as modalidades de ensino, a fazer parte dos recursos financeiros destinados à educação (BRASIL, 2007). No cenário atual, a sociedade vê a juventude e o adulto analfabeto como sinônimo de problema e motivo de preocupação. A educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil é marcada pela descontinuidade e por tênues políticas públicas, insuficientes para dar conta da demanda potencial e do cumprimento do direito, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Essas políticas são, muitas vezes, resultantes de iniciativas individuais ou de grupos isolados, especialmente no âmbito da alfabetização, que se somam às iniciativas do Estado (BRASIL, 1996). O adulto analfabeto defronta-se com a sociedade letrada e necessita de, no mínimo, saber enfrentar a tecnologia da comunicação para que, como cidadão, saiba lutar por seus direitos, pois ao contrário, torna-se vítima de um sistema excludente e pensado para poucos (FRIEDRICH *et.al*, 2010). Até então, o que se viu foi a criação de programas, a curto prazo, que não garantem que os alunos deem continuidade aos estudos.

Métodos

Foram feitos estudos bibliográficos de artigos científicos, no período de 20/11/14 a 20/03/2015, encontrados nas bases de dados Lilacs (Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), Scielo (Scientific Eletronic Library Online) e Google acadêmico, organizando-os em ordem cronológica de acontecimentos e interpretando-os de acordo os objetivos da investigação proposta. Para o desenvolvimento deste trabalho optou-se por dividi-lo em dois momentos, a saber: O primeiro descreverá a trajetória histórica da EJA no Brasil e o segundo irá tratar da perspectiva desta modalidade educacional na atualidade.

Conclusões

Muito ainda há que se avançar com relação ao ensino de EJA, já que ela ainda é vista às margens das políticas educacionais no país, não sendo prioridade sua efetiva implementação e continuidade. A criação de uma política pública educacional que atenda aos anseios dos sujeitos da EJA necessita de investimentos reais que favoreçam a continuidade da oferta de estudos e a permanência do aluno na escola. Com isso a EJA, possivelmente, deixará de ser vista como uma condição de política pública compensatória através de campanhas e programas de caráter emergenciais, sendo considerada então como uma real necessidade educacional para aqueles que querem uma nova oportunidade no âmbito do ensino.

Referências

- BRASIL. Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 ago. 1971.
- BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 dez. 1996.
- BRASIL. Lei nº. 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.
- COLAVITTO, N.B e ARRUDA, A.L.M.M. **Educação de Jovens e Adultos (eja): A Importância da Alfabetização**. Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 – nº 1 – 2014
- FRIEDRICH *et.al.* **Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. Ensaio: avaliação das políticas públicas educacionais**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010.
- STRELHOW, T. B. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.38, p. 49-59, jun.2010.
- VIEIRA, M.C. **Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos** – Volume I: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil. Universidade de Brasília, Brasília, 2004.